



Demonstrações financeiras

XP Ativos Digitais Intermediações S.A.

31 de dezembro de 2022

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas e Administradores da XP Ativos Digitais Intermediações S.A.

São Paulo – SP

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da XP Ativos Digitais Intermediações S.A., acompanhadas das notas explicativas, referidas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas segundo a Lei das Sociedades Anônimas e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

GESTÃO DE RISCOS

A Gestão de Riscos está estruturada de forma totalmente independente das áreas de negócio, reportando-se diretamente à alta administração, para garantir isenção de conflito de interesse e uma segregação de funções adequada às boas práticas de governança corporativa e de mercado.

O gerenciamento de riscos é exercido de modo integrado e independente, por meio de formalização de políticas, procedimentos e metodologia, consistentes com a tolerância a risco e com a estratégia de negócio e onde são monitorados os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito, operacional e subscrição.

Tais processos de gerenciamento de riscos estão, ainda, associados aos processos de gestão de continuidade dos negócios.

POLÍTICAS DE REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 30% (trinta por cento) sobre o lucro líquido ajustado, apurado em cada encerramento de exercício.

O saldo do lucro líquido, verificado após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberadas pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser integralmente destinado a Reserva de Lucros Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das atividades da Companhia conforme previsto no Art. 202 da lei nº 6.404/76 § 4º, § 5º e § 6º até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado.

Em 31 de dezembro de 2022, consultado o acionista controlador, a Administração não irá propor à Assembleia de acionistas a distribuição de dividendos.

São Paulo, 31 de março de 2023.

XP Ativos Digitais Intermediações S.A
Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

Ativo	Nota	2022	Passivo	Nota	2022
Circulante			Circulante		
Disponibilidades		181	Outros passivos		
			Obrigações sociais e estatutárias		26
Avaliados ao custo amortizado		235	Obrigações fiscais e previdenciárias	5	247
Rendas a receber	4	235	Outros passivos		67
			Total do passivo		340
Outros ativos		125	Capital social		100
Impostos e contribuições a compensar		75	Reservas de capital		795
Outros ativos		50	Lucros/Prejuízos acumulados		(387)
Não circulante			Total do Patrimônio líquido	7	508
Ativo fiscal diferido	6	307	Total do passivo e Patrimônio líquido		848
Total do ativo		848			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

XP Ativos Digitais Intermediações S.A.
Demonstração do resultado e do resultado abrangente
Para o período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

	Nota	<u>2022</u>
Receita operacional líquida		
Receita de prestação de serviços	8	491
Total da receita líquida		491
Custos operacionais	9	(13)
Resultado bruto da operação		478
Despesas administrativas	9	(1.090)
Resultado antes dos impostos		(612)
Imposto de renda e contribuição social		225
Resultado líquido do período		(387)
Resultado abrangente		-
Total do resultado abrangente		(387)
Lucro/(prejuízo) líquido por ação – básico e diluído		(3,87)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

XP Ativos Digitais Intermediações S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de capital	Resultado líquido do período	Total
Saldos em 1º de fevereiro de 2022	-	-	-	-
Integralização do capital social (Nota 10)	100	-	-	100
Outorga de plano de incentivo baseado em ações	-	795	-	795
Prejuízos acumulados	-	-	(387)	(387)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	100	795	(386)	508

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

XP Ativos Digitais Intermediações S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A XP Ativos Digitais Intermediações S.A. ("Companhia" ou "XP Ativos Digitais") foi constituída em 1º de fevereiro de 2022 e tem sua sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, Torre Sul, 29º andar (parte), CEP 04543-907.

A XP Ativos Digitais desenvolve atividades de intermediação e agenciamento de serviços no ramo de ativos digitais.

A XP Ativos Digitais é controlada diretamente pela XProject, que detém 100% de participação em seu capital total e indiretamente controlada pela XP Inc., a qual possui como acionista controlador a XP Control, detentora de 18,4% de participação em seu capital total.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 31 de março de 2023.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como à luz da Lei das Sociedades Anônimas (Lei Federal nº 11.638/07).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras não estão sendo apresentadas em bases comparativas uma vez que a Companhia iniciou suas operações no ano de 2022.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia, e estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações em relação ao reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes.

(d) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Novas normas e interpretações contábeis que não são obrigatórias para o período de relatório de 31 de dezembro de 2022 foram publicadas e não foram adotadas antecipadamente. Não se espera que essas normas tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras em períodos subsequentes.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

(a) Instrumentos financeiros ativos e passivos

A Companhia classifica, no reconhecimento inicial, seus ativos e passivos financeiros, como mensurados: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); (iii) valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Reconhecimento e mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição

XP Ativos Digitais Intermediações S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado

do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Para fins de avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição.

Os ativos financeiros ao VJR são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao VJR são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas ou despesas financeiras" no exercício em que ocorrem. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado.

Havendo ativos financeiros avaliados ao VJORA, estes serão mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por *impairment*, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, são reconhecidas nos resultados abrangentes e acumuladas na reserva de valor justo.

As variações no valor justo de títulos monetários classificados como VJORA, são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando os títulos classificados como ao VJORA são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas ou despesas financeiras".

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros ("EIR") e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou desvalorizado. A entidade reclassifica os ativos financeiros somente quando altera seu modelo de negócios para o gerenciamento desses ativos financeiros.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Impairment de ativos financeiros

A entidade reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ("PCEs") para todos os instrumentos de dívida não classificados em VJR. As PCEs baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma aproximação de taxa de juros efetiva original. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Em cada data de balanço, a companhia avalia se os ativos financeiros estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo é determinado pelo uso de técnicas de mensuração. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (em base de mercado); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxos de caixa descontados ou outros modelos de mensuração.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem disponibilidades e quaisquer outras aplicações de curto prazo que possuam alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estejam sujeitas a um risco significativo de mudança de valor, bem como que sejam mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimentos ou outros propósitos.

As operações são consideradas de curto prazo quando possuem vencimentos em três meses ou menos a contar da data da aquisição e/ou possuem liquidez imediata.

(c) Rendas a receber

A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, quando aplicável, mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas, quando aplicável.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

(d) Imposto de renda e contribuição social

A XP Ativos Digitais, apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real em que o imposto de renda é apurado com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social é apurada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é calculado sobre prejuízo fiscais, base negativa de Contribuição Social e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão baixados na medida em que sua realização não seja mais provável.

(e) Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária), quando aplicável, são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

XP Ativos Digitais Intermediações S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(f) Benefícios a empregados

i) Obrigações de curto prazo

Os passivos relacionados a benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são contabilizados quando o serviço relacionado é fornecido.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago nos termos dos planos de bônus ou participação nos resultados a curto prazo se o Grupo tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor devido a serviços passados prestados pelos empregados e a obrigação puder ser mensurada com segurança.

ii) Plano de incentivo baseado em ações

O plano de incentivo baseado em ações foi aprovado em reunião da diretoria da XP Inc., controladora do Grupo XP, do qual a Companhia faz parte, realizada em 6 de dezembro de 2019.

O Grupo lançou dois planos de incentivo baseados em ações, a *Restricted Share Units* ("RSU") e a *Performance Share Units* ("PSU"). Os planos de incentivo baseados em ações foram elaborados para fornecer incentivos de longo prazo a determinados funcionários, diretores e outros provedores de serviços em troca de seus serviços. Para ambos os planos, a administração se compromete a conceder ações da XP Inc aos participantes definidos.

O custo do incentivo baseado em ações é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado em contrapartida a um correspondente aumento no patrimônio líquido durante o período em que o serviço é prestado ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados. O valor total a ser registrado é determinado com base no valor justo das ações correspondente à respectiva tranche na data da outorga, a qual também considera o seguinte:

- quaisquer condições de performance do mercado;
- o impacto de quaisquer condições de aquisição que não sejam de performance de mercado (por exemplo, permanecer empregado na entidade por um tempo especificado) e;
- o impacto de quaisquer condições que não sejam de aquisição de direitos (ou seja, a exigência de os participantes manterem ações por um período específico).

A despesa total é reconhecida durante o período de aquisição, que é o período no qual todas as condições de aquisição especificadas devem ser satisfeitas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas do número de ações que se espera que sejam adquiridas com base nas condições de aquisição que não são de mercado. A entidade reconhece o impacto da revisão das estimativas originais, se houver, no resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido.

Quando as ações são adquiridas, a XP Inc. transfere o número correspondente de ações para o participante. As ações recebidas pelos participantes, líquidas de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis (incluindo impostos retidos na fonte) são creditadas diretamente no patrimônio líquido.

(g) Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução, líquida de impostos, dos recursos.

(h) Resultado por Ação

O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação. A Companhia não possui instrumentos com efeito diluidor, e por este motivo, não existe diferença entre o lucro básico por ação e o lucro por ação diluído.

(i) Reconhecimento da receita

XP Ativos Digitais Intermediações S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Receita de corretagem

A receita de corretagem com operações de ativos digitais consiste na receita gerada através de serviços de corretagem baseados em comissões para cada transação realizada, por exemplo, nas casas de ativos digitais, por clientes, reconhecidas em um determinado momento (data de negociação), conforme a obrigação de performance é satisfeita.

4. Rendas a receber

	2022
Valores a receber de corretagem	235
Total	235

5. Obrigações fiscais e previdenciárias

	2022
Impostos sobre plano de incentivo de longo prazo (a)	110
IRPJ e CSLL	102
INSS e FGTS	22
Outros	13
Total	247

(a) O montante classificado como Impostos sobre plano de incentivo de longo prazo inclui FGTS e INSS.

6. Impostos e contribuições

	Balanco Patrimonial
	2022
Impostos diferidos	
Remuneração baseada em ações	306
Outras provisões	1
Total	307
Ativo fiscal diferidos	307
Passivo fiscal diferidos	-

(a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O imposto sobre o lucro antes de impostos da Companhia difere do valor teórico que resultaria da taxa média ponderada de imposto aplicável. A seguir está uma reconciliação da despesa de imposto de renda com o lucro (prejuízo) do período, calculado pela aplicação das alíquotas legais combinadas de 34% para o período findo em 31 dezembro:

	2022
Resultado antes dos impostos	(612)
Alíquota aplicável	34,00%
Imposto utilizando a alíquota de imposto da controladora	(208)
Despesas não dedutíveis	(17)
Total	(225)
Alíquota efetiva	36,76%
Corrente	82
Diferido	(307)

(225)

7. Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 100, dividido em 100.000 ações, com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Em 1º de fevereiro de 2022, os acionistas, no ato da constituição da XP Ativos Digitais, aprovaram o aporte inicial de capital da Companhia, no montante de R\$ 100, com a emissão de 100.000 quotas, mediante integralização de capital.

(b) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do Lucro Líquido apurado no balanço individual da XP Ativos Digitais.

A reserva estatutária para investimento e expansão é constituída pelo saldo remanescente do Lucro Líquido apurado no balanço, após as destinações legais e tem por objetivo assegurar recursos para investimentos. Esta reserva não poderá ultrapassar o capital social.

(c) Distribuição de dividendos

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 30% do lucro líquido ajustado do exercício, após as destinações específicas.

O saldo do lucro líquido, verificado após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberadas pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser integralmente destinado a Reserva de Lucros Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das atividades da Companhia conforme previsto no Art. 202 da lei nº 6.404/76 § 4º, § 5º e § 6º até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado.

Em 31 de dezembro de 2022, não houve lucro a ser distribuído.

8. Receita Líquida

	<u>2022</u>
Receita de corretagem	573
(-) Impostos sobre a receita de prestação de serviços	(82)
Receita Operacional Líquida	<u>491</u>

9. Custos e despesas por natureza

	<u>2022</u>
Custos Operacionais	
Custo de comissões	12
Outros custos	1
Total dos custos operacionais	<u>13</u>
Despesas administrativas	
Despesas de pessoal	1.090
Total das despesas administrativas	<u>1.090</u>

10. Gerenciamento de Riscos

(a) Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos da XP Ativos Digitais. A Gestão de Riscos está estruturada de forma totalmente independente das áreas de negócio, reportando-se diretamente à alta administração, para garantir isenção de conflito de interesse e uma segregação de funções adequada às boas práticas de governança corporativa e de mercado.

As políticas de gerenciamento de riscos da XP Ativos Digitais são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados periodicamente para refletir as mudanças nas condições de mercado e nas atividades da XP Ativos Digitais. A XP Ativos Digitais, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, tem por objetivo desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Tais processos de gerenciamento de risco estão, ainda, associados aos processos de gestão de continuidade de negócios, principalmente no que tange à formulação de análises de impacto, aos planos de continuidade, aos planos de recuperação de desastres, aos planos de backup, ao gerenciamento de crises, etc.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito está diretamente ligado à possibilidade de ocorrências de perdas associadas ao não cumprimento, pelo emissor, ou contraparte, de suas respectivas obrigações contratuais nos termos acordados, à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, dentre outros.

A definição de risco de crédito compreende, entre outros:

- Risco da contraparte: É a possibilidade do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações com ativos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos.
- Risco país: É a possibilidade de perdas relacionadas ao não cumprimento de obrigações financeiras por tomadores localizados fora do país, em virtude de ações realizadas pelo governo do país em que reside o mesmo.
- A possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante.
- A possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras, nos termos pactuados, por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito.

O gerenciamento do risco de crédito é de responsabilidade da área de risco da Companhia que visa a garantir o cumprimento do determinado na política da Companhia e assegurar que os limites operacionais estabelecidos sejam executados.

A Companhia estabelece sua política de crédito com base no cenário interno, como composição da carteira por título, por emissor, por rating, por atividade econômica e pelo *duration* da carteira. E no cenário externo como taxas de juros, de inflação, entre outros.

A área de análise de crédito também participa ativamente neste processo, sendo responsável pela avaliação do risco de crédito, emissões e emissores com os quais a XP Ativos Digitais mantém ou pretendem manter relações creditícias, ou intencionam recomendar posições de risco de crédito a clientes. Cabe à área de análise de crédito também a recomendação de limite das posições de risco de crédito dos clientes.

As análises realizadas são apresentadas ao Comitê Consultivo de Crédito, que tem como atribuição determinar se os créditos avaliados são elegíveis como risco de contraparte. Com relação aos créditos destinados à distribuição para a base de clientes da Companhia, são determinados também os limites de crédito para cada emissor e emissão estruturada.

A área de risco é subordinada diretamente ao Diretor de Risco, sem qualquer vinculação com a área comercial. A área de análise de crédito também é subordinada ao Diretor de Risco, tendo a isenção necessária para a realização de suas atividades, uma vez que não participa da definição de estratégias de negócios e não realiza as operações de mercado de qualquer natureza.

A Administração realiza análise da qualidade de crédito dos ativos que não estão vencidos nem reduzidos ao valor recuperável.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito está demonstrado no quadro abaixo:

Posição ativa	2022
Disponibilidades	181

(c) Risco de liquidez

É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – “descasamentos” entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento da Companhia, levando-se em consideração diferentes prazos de liquidação de direitos e obrigações.

A Companhia possui política de gerenciamento de risco de liquidez, que visa garantir um nível mínimo de liquidez considerado adequado pela alta administração. Essa política prevê ações a serem tomadas em casos de contingência de liquidez, devendo estes ser suficientes para gerar o reenquadramento do caixa dentro dos limites requeridos de liquidez mínima.

A estrutura e o gerenciamento de riscos são de responsabilidade da área de riscos, que está subordinada à Diretoria Executiva, evitando desta forma eventual conflito de interesse com áreas tomadoras de liquidez.

O controle de risco de liquidez é baseado na projeção de caixa e ativos com risco de crédito. A projeção de caixa conta com os recursos livres depositados pelos clientes, enquanto as destinações dos recursos podem ser classificadas quanto a seus prazos de liquidação ou zeragem.

(d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, preço de ações e taxas de juros, têm nos ganhos da XP Ativos Digitais, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A administração de risco de mercado das operações é efetuada por meio de políticas, procedimentos de controle e identificação prévia de riscos em novos produtos e atividades, visando a manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Companhia e atender à estratégia de negócios e aos limites definidos pelo Comitê de Risco.

Com as regras formalizadas, o Departamento de Risco tem o objetivo de controlar, acompanhar e assegurar o enquadramento dos limites preestabelecidos, podendo recusar-se, total ou parcialmente, a receber e/ou executar as operações solicitadas, mediante a imediata comunicação aos clientes, além de intervir em casos de desenquadramento e reportar ao Comitê todos os eventos atípicos.

Além do controle efetuado pela ferramenta, a XP Ativos Digitais adota diretrizes para o controle do risco dos ativos que balizam as operações da Tesouraria para que as carteiras próprias das empresas participantes sejam compostas de ativos que tenham baixa volatilidade e, conseqüentemente, menor exposição ao risco. No caso de desenquadramento dos limites operacionais, o gestor da Tesouraria deve tomar medidas necessárias para o reenquadramento o mais rápido possível.

(e) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos, decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da XP Ativos Digitais, e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da XP Ativos Digitais.

O objetivo da XP Ativos Digitais é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação das empresas, além de buscar eficiência de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da XP Ativos Digitais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- (i) Exigências para segregação de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- (ii) Exigências para reconciliação e monitoramento de operações;
- (iii) Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- (iv) Documentação de controles e procedimentos;
- (v) Exigências para avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- (vi) Desenvolvimento de planos de contingência;

XP Ativos Digitais Intermediações S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(vii) Treinamento e desenvolvimento profissional; e
(viii) Padrões éticos e comerciais.

DIRETORIA

Bernardo Amaral Botelho
Marcos Massahiko Horie

Diretor
Diretor

Jairo Luiz de Araújo Brito
Contador - CRC: RJ-110743/O-4